

Presidente apela por seqüestradores

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso fez ontem, pela primeira vez, um apelo expresso para que a Justiça paulista apresse a solução do caso dos seqüestradores do empresário Abílio Diniz, que estão há 24 dias em greve de fome, em São Paulo. Também pela primeira vez, o presidente chamou os seqüestradores de “prisioneiros políticos.” Mas, depois, por intermédio de sua assessoria, o presidente se retratou: “são apenas prisioneiros.”

No discurso, Fernando Henrique afirmou que “o governo vê com pena, com preocupação, o tempo passar sem que decisões sejam tomadas por aqueles a quem cabe decidir e que não se apressam, numa decisão que é mais que oportuna. E essa decisão tem que ser da Justiça, e não um ato de vontade arbitrária por parte do presidente da República”, afirmou Fernando Henrique, durante a cerimônia de

entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos, no Palácio do Planalto. Segundo o ministro Renan Calheiros, que esteve na cerimônia, a Justiça paulista prometeu dar uma solução para o caso, no máximo, até o dia 15 de dezembro.

“É de ressaltar o esforço extraordinário que o Ministério da Justiça está fazendo para ver-se com um dos casos mais delicados pelos quais já passou, que é a greve de fome de prisioneiros políticos, greve diante da qual o governo está atado às instruções do Direito e da Justiça”, disse. Mais tarde através de sua assessoria, o presidente se retratou da declaração, e disse que “errou” ao referir-se ao grupo como presos políticos. “São apenas prisioneiros”, mandou dizer. Oficialmente, o grupo está preso por seqüestro, considerado crime hediondo pelo código penal brasileiro.

Discriminação – O secretário

nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, reconheceu que a intransigência da Justiça brasileira em rever as penas do grupo pode ser considerada discriminatória. “Eles estão sendo tratados de uma forma diferente do que determina a lei brasileira, porque são estrangeiros. Se fossem brasileiros, certamente teriam uma pena mais branda”, avaliou.

Desde o início da greve de fome dos prisioneiros estrangeiros, o presidente vinha evitando se posicionar sobre a situação do grupo, limitando-se a dizer que a decisão compete à Justiça, no caso da reavaliação das penas, ou ao Poder Legislativo, no caso da tramitação dos tratados de troca de presos com os países envolvidos, o que poderá beneficiar os seqüestradores com o retorno a seus países.

Desde que a situação dos presos se tornou um problema diplomático entre o Brasil e Chile, a Argentina e

o Canadá, o governo já enviou ao Congresso três tratados de troca de presos. O primeiro, assinado com o Canadá, foi aprovado pelos parlamentos de ambos os países e os dois canadenses que estavam no grupo já estão em seus países de origem. Porém, os tratados assinados com o Chile – que tem cinco envolvidos – e a Argentina – que tem dois – ainda estão tramitando no Congresso, e não têm previsão para entrarem em vigor. Há ainda no grupo um brasileiro, que também está preso.

Na reunião de Cúpula do Mercosul, que se inicia hoje no Rio de Janeiro, Fernando Henrique terá uma conversa reservada com o presidente do Chile, Eduardo Frei, sobre a situação dos chilenos presos. Anteontem, os cinco chilenos enviaram uma carta a Frei, pedindo uma audiência com ele e com Fernando Henrique Cardoso, esta semana. (P.M.)